

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000764-95.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Planos de Saúde**
 Requerente: **ANA SÍLVIA MARTINS DE FREITAS**
 Requerido: **SULAMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

ANA SILVIA MARTINS DE FREITAS ajuizou **Ação de INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS** em face de **QUALICORP S/A e SULAMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE**, todos devidamente qualificados.

Aduz a autora, em síntese que em 05/2012, então com 56 anos de idade, firmou com as rés contrato de prestação de serviços de saúde. A administração cabia à QUALICORP (administradora de benefícios) e as operações à SUL AMÉRICA. Ficou estabelecido um valor mensal de R\$ 787,39, que foi abusivamente aumentado para R\$ 943, 58 chegando a R\$ 1.720, 88 num lapso temporal de 26 meses coincidindo, inclusive, com as vésperas de a Requerente completar 60 anos. Requereu, liminarmente, a anulação dos dois últimos aumentos praticados nos meses de junho e julho de 2014, imposição de um não fazer (proceder novos aumentos da mensalidade) às rés enquanto discute a lide e a total procedência da ação, declarando a abusividade dos aumentos praticados e a condenação das



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Requeridas aos Danos Materiais. A inicial está instruída com documentos às fls. 13/36.

Pelo despacho de fls. 46/48 foi deferida a antecipação de tutela.

Devidamente citada, a requerida SULAMERICA apresentou contestação sustentando que, 1) há ausência de nexo de causalidade; 2) os reajustes por faixa etária contam da ciência inequívoca da autora; 3) houve reajuste necessário para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro; 4) o ressarcimento é inviável. Requereu a improcedência dos pedidos com a condenação ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais.

Sobreveio réplica às fls. 100/106.

Devidamente citada, a requerida QUALICORP apresentou contestação sustentando que; 1) dando cumprimento à decisão liminar, alterou o valor da mensalidade; 2) todos reajustes foram previamente comunicados à autora, em conformidade com a lei e o contrato; 3) o reajuste devido a faixa etária é legal. Requereu a improcedência da ação condenando a Requerente ao pagamento das verbas sucumbenciais.

Sobreveio réplica referente à segunda contestação às fls. 309/315.

As partes foram instadas a produzir provas às fls. 316. A Requerida QUALICORP manifestou-se declarando não ter interesse na designação de audiência de conciliação reiterando os termos da defesa e documentos de fls. 108/292. Já a Requerente requereu pelo julgamento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

antecipado da lide e a Requerida SULAMÉRICA permaneceu inerte.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, cabe definir a aplicação ao caso dos ditames do Código de Defesa do Consumidor, conforme enunciado da Súmula 469, STJ, *in verbis*: “aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde”.

Sobre o tema, ainda cabe consignar importante lição da ilustre doutrinadora Cláudia Lima Marques, *in* Contratos no Código de Defesa do Consumidor – 4ª edição, p. 399:

(...) apesar da Lei 9656/98, na sua versão atual, nominar os antigos contratos de seguro saúde como planos privados de assistência à saúde, indiscutível que tanto os antigos contratos de seguro saúde, os atuais planos de saúde, como os, também, comuns, contratos de assistência médica possuem características e sobretudo uma finalidade em comum: o tratamento e a segurança contra os riscos envolvendo a saúde do consumidor e de sua família ou dependentes. Mencione-se, assim, com o eminente Professor e Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, que: 'dúvida não pode haver quanto à aplicação do Código de Defesa do Consumidor sobre os serviços prestados pelas empresas de medicina de grupo, de prestação especializada em seguro saúde. A forma jurídica que pode revestir esta categoria de serviço ao consumidor, portanto, não desqualifica a incidência do Código do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Consumidor. O reconhecimento da aplicação do Código de Defesa do Consumidor implica subordinar os contratos aos direitos básicos do consumidor, previstos no art. 6º do Código' (...)

Feito esse breve, mas necessário, introito, passo a equacionar o mérito.

Consta da inicial – e não foi contestado especificamente pelas rés – que na contratação a prestação mensal do plano era de R\$ 787,99; em maio de 2014 a mensalidade subiu para R\$ 943,38, em junho do mesmo ano para R\$ 1.466,33 e na sequência, em julho, para R\$ 1.720,83.

Ou seja, em três meses, um aumento de **118,38%!**

Como a ré QUALICORP admite a fls. 111 na época dos referidos reajustes a autora já tinha 59 anos de idade; mudando da faixa IX para a X o plano da autora sofreu três reajustes seguidos!

O art. 15 da Lei 9.656/98 faculta a variação das contraprestações pecuniárias estabelecidas nos contratos de planos de saúde em razão da idade do consumidor, desde que estejam previstas no contrato inicial as faixas etárias e os percentuais de reajuste incidentes em cada uma delas, conforme normas expedidas pela ANS.

Não se coloca em dúvida que o aumento do prêmio do seguro saúde em decorrência da idade do segurado é uma alteração natural de referido contrato, que é de execução continuada, porquanto necessário para manter em

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

equilíbrio a relação contratual, já que os valores cobrados pela seguradora são proporcionais ao risco que ela assume. Assim, sendo fato notório que quanto mais avançada a idade do beneficiário, maior a probabilidade de este vir a ter problemas de saúde e, conseqüentemente, de valer-se dos serviços médicos prestados, é lícito o aumento dos valores.

Destarte, é possível a variação do preço em virtude da idade do beneficiário desde que haja expressa previsão no contrato, que se observem os limites impostos pela Lei 9.656/98 e que não se estabeleçam índices extremamente onerosos e desarrazoados.

No caso em exame constata-se que tais parâmetros não foram observados, na medida em que o percentual de reajuste aplicado ao seguro saúde da autora não se coaduna às regras estabelecidas pelo artigo 3º, da Resolução ANS 63/2003, que dispõe: “o valor fixado para a última faixa etária não poderá ser superior a seis vezes o valor da primeira faixa etária e a variação acumulada entre a sétima e a décima faixas não poderá ser superior à variação acumulada entre a primeira e a sétima faixas”.

A tabela que aponta os reajustes vem juntada por cópia a fls. 257 e o comunicado sobre o aumento do preço da mensalidade às vésperas de a autora completar 59 anos segue a fls. 136 (o valor da mensalidade passou de R\$ 943,58 para R\$ 1.466,33 a partir de junho de 2014).

Com efeito, infere-se da tabela sobredita (no item 3.1 das condições gerais do plano de saúde - cf. fls. 257) que a variação acumulada entre a sétima e a décima faixas soma 138,90%, ao passo que a variação entre a primeira e a sétima faixas é de 110,35%. Como se nota, aquele valor é, indevidamente, superior a este em 28,55%.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Contudo, declarar a nulidade total da cláusula que prevê o reajuste é medida que não atende o equilíbrio contratual. Dessa maneira, é de rigor reduzir o percentual do reajuste da faixa acima dos 59 anos para **26,85%** ou seja, a diferença entre o antigo percentual (55,40%) e o montante que sobeja a variação autorizada (28,55%) – pois, neste patamar, o dispositivo será compatível com as normas da ANS.

Ou seja, a majoração do plano em 55,40% quando a autora completou 59 anos, revelou-se abusiva, pois o correto seria a adoção do índice de 26,85% [138,90% (relativo à soma da sétima a décima faixas etárias) – 110,35% (relativo à soma da primeira a sétima faixas etárias) = 28,55% 55,40% - 28,55% = 26,85%].

Assim, porque unilateral e produzido de forma não condizente com a boa-fé que deve pautar a relação material entre as partes, o reajuste pretendido revela-se indevido.

Em situações análogas, a jurisprudência do TJSP tem declarado a nulidade da cláusula abusiva e determinado a aplicação dos índices de aumento estabelecidos pela ANS. A respeito confira-se Apelação 9184677-03.2009.8.26.0000, 4ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Ênio Santarelli Zuliani, j. 15/10/2009.

Desse modo, deve-se afastar a aplicação do índice de correção adotado, ante a sua abusividade, para que incida o aumento apenas nos limites permitidos pela ANS. De rigor, portanto, a devolução dos valores pagos indevidamente a este título.

Ressalto que somente deverão ser devolvidos os valores pagos a maior com relação a ambos os reajustes a partir da citação da ré, pois



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

somente com a formação da relação jurídica processual, integrada pelos litigantes e pelo Estado-juiz, é que as cláusulas contratuais reputadas abusivas foram questionadas. Até o pedido de desconstituição desta parte do negócio jurídico entabulado entre as partes, o contrato reputava-se válido, sem que se pudesse falar em indébito de suas prestações, sendo impossível, portanto, cogitar de sua repetição.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para **DECLARAR** abusivo o aumento perpetrado no mês de junho de 2014 no percentual de 55,40%. Os valores/prêmios observarão a dinâmica já consignada cabendo à ré operar os reajustes seguindo os índices da ANS. O percentual de aumento para junho de 2014 fica estabelecido em 26,85%. As **requeridas**, QUALICORP S/A e SULAMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE, ficam **condenadas a restituir à autora**, ANA SILVA MARTINS DE FREITAS, as quantias eventualmente cobradas a maior, o que deverá ser equacionado por simples cálculo a fase oportuna.

O plano da autora seguirá seguindo a dinâmica de reajuste desta decisão.

Diante da sucumbência, as requeridas arcarão com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa.

P.R.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 28 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**